

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , de 2021**

(Do Sr. Rogério Correia e outros)

Requer a convocação do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Senhor Rogério Marinho, para promover esclarecimentos acerca da denúncia da disponibilização de recursos orçamentários de forma irregular.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 117, II e 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à Convocação do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Senhor Rogério Marinho, para promover esclarecimentos acerca da denúncia da disponibilização de recursos orçamentários de forma irregular em benefício exclusivo ou majoritariamente de parlamentares da base governista, direcionado discricionariamente pelo Ministério, para aquisição de tratores acima da tabela estabelecida pelo próprio governo, burlando o que rege a Constituição Federal em relação à emendas parlamentares impositivas.

**JUSTIFICATIVA**

O Jornal O Estado de São Paulo, publica na sua edição de 09 de maio do corrente ano, matérias intituladas como “Tratoraço' atropelou leis orçamentárias e veto de Bolsonaro” e “Emendas secretas de Bolsonaro são comparadas aos 'Anões do Orçamento'; oposição cobra investigação”.

As matérias denunciam o mecanismo em que emendas do relator e de parlamentares, denominadas RP9, inseridas no orçamento de forma genérica, sendo que a definição dos municípios beneficiários é de decisão discricionária por parte dos ministérios.



Segundo o levantamento os valores envolvendo as emendas somam uma espécie de “orçamento paralelo” de R\$ 3 bilhões destinadas à aquisição de tratores e máquinas agrícolas, cujos preços de aquisição estão acima dos valores de referência fixados pelo próprio Governo.

O periódico fundamenta sua denúncia num conjunto de 101 ofícios enviados por deputados e senadores ao Ministério do Desenvolvimento Regional e órgãos vinculados que indicam como os mesmos preferiam que os recursos fossem usados, bem como uma planilha a qual teve acesso.

Tal mecanismo teria sido usado como forma de assegurar a aprovação de projetos e mesmo a própria defesa do Governo, também conhecido como “toma lá, dá cá” ou “compra de votos”.

Este arranjo espúrio, além de ferir gravemente as normas constitucionais que define as emendas parlamentares impositivas, dificulta a fiscalização e controle por parte Tribunal de Contas da União e da sociedade, configurando grave interferência na independência e equilíbrio entre os poderes da República, além da ineficiência alocativa dos recursos públicos.

Desta forma, requeiro a convocação do Senhor Ministro do Desenvolvimento Regional para que compareça a esta Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos – CTASP da Câmara dos Deputados e para que tenha a oportunidade de esclarecer as questões elencadas, motivo pelos quais conto com o apoio dos nobres pares para aprovar este requerimento.

Sala da Comissão, 10 de maio de 2021

**Deputado ROGÉRIO CORREIA**

**PT/MG**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213573509400>

